

**Câmara Técnica de Integração de Procedimentos, Ações de Outorga e Ações Reguladoras
- CTPOAR -**

Ata da 114ª Reunião

Data: 31 de maio e 01 de junho de 2017.

Hora: Dia 31/05: 09h00 às 17h00 (Reunião Conjunta CTAS-CTPOAR);

Dia 01/06: 09h00 às 17h00 (Reunião da CTPOAR).

Local: SEPN 505 (W2 Norte), Lote 2, Bloco B, sala T-13, Brasília/DF.

REPRESENTANTES:

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA: Maria Emília Borges Alves

(maria.emilia@agricultura.gov.br);

Ministério do Meio Ambiente/ANA: Luiz Henrique Pinheiro Silva (luizhenrique@ana.gov.br);

Ministério do Meio Ambiente/SRHQ: Mirela Garaventa (mirela.garaventa@mma.gov.br);

Conselhos Estaduais - MG/ES: Thiago Figueiredo Santana

(thiago.santana@meioambiente.mg.gov.br);

Conselhos Estaduais - MT/GO: Fernanda dos Santos Ferreira (fernandaferreira@sema.mt.gov.br);

Conselhos Estaduais - RJ/SP: Luiz Fernando Carneseca (lcarneseca@sp.gov.br);

Conselhos Estaduais - DF/PR: Waldir Fabricio dos Santos (waldirfabricio@aguasparana.pr.gov.br);

Conselhos Estaduais - AL/RN: Nelson César Fernandes Santos (nelsonemparn@gmail.com);

Conselhos Estaduais - PA/AM: Ausente;

Conselhos Estaduais - MA/CE/PI: Ausente;

Irrigantes: Gustavo dos Santos Goretti (gustavo.goretti@cna.org.br);

Prestadoras de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário: Paulo C. C.

Germano (paulo-germano@corsan.com.br);

Concessionárias e Autorizadas de Geração Hidrelétrica: Jean de Carvalho Breves

(jean@cemig.com.br);

Indústria: Zeila Piotto (zeila.piotto@fiesp.com);

Comitês, Consórcios e Associações Intermunicipais de Bacias Hidrográficas: João Carlos de

Freitas Silva (joaos@hotmail.com);

Organizações não governamentais: Cristiane Ciciliato (corremangue@yahoo.com.br);

Organizações Técnicas de Ensino e Pesquisa: Geraldo L. da Silveira (geraldo.ufsm@gmail.com).

DEMAIS PRESENTES:

Celia Regina Buono Palis Poeta (cpoeta@sp.gov.br);

João Daniel de Andrade Cascalho (joao.cascalho@mme.gov.br);

Sebastião Vainer Bosquilia (sbosquilia@sp.gov.br);

Magali Scarcellini de Menezes (mscarcelini@sabesp.com.br).

DEMAIS PRESENTES NA REUNIÃO CONJUNTA:

Vide lista de presença anexa.

RELATORIA: Antônio C. R. Miranda (antonio.miranda@mma.gov.br).

ASSUNTOS DISCUTIDOS EM REUNIÃO CONJUNTA CTAS-CTPOAR (dia 31 de maio):

Abertura e informes: No dia seguinte, 31 de maio, o **Sr. Zoltan Romero (OTEP/CTAS)** deu início aos trabalhos, dando boas-vindas aos presentes e solicitando uma rodada de apresentações. Na sequência, passou-se ao [Item 08 - Continuação das discussões sobre a proposta de Resolução que “estabelece diretrizes para a gestão integrada de recursos hídricos superficiais e subterrâneos”](#): No início da discussão, a **Sra. Zeila Piotto (Indústrias)** registrou que seu seguimento tem preocupação acerca da competência do CNRH para editar este tipo de resolução, entendendo que o Conselho não tem competência para fazer determinação legal aos estados unilateralmente, já que cada Estado tem suas leis e normas específicas sobre a gestão de seus respectivos rios estaduais e das águas subterrâneas, que são de dominialidade estadual. Outra preocupação registrada pela representante das Indústrias seria com relação à aplicabilidade da norma - em quais pontos ela inova em relação as demais resoluções já existentes do próprio Conselho. O **Sr. Zoltan Romero (OTEP)** esclareceu que estas preocupações já foram levantadas nas reuniões conjuntas anteriores, e que a resolução teria efeitos práticos importantes na gestão das águas subterrâneas, sendo que quando há conexão direta entre as águas superficiais e subterrâneas não basta observar apenas o que está estabelecido na Constituição quanto à dominialidade das águas, mas é importante que se leve em conta esta conexão física existente entre as águas superficiais e subterrâneas para se prevenir a possibilidade de esgotar as águas dos rios diretamente conectados aos aquíferos, o que causaria grandes transtornos a diversos usuários e aos próprios estados. Concordeu-se que a ementa, as definições e considerandos também serão tratadas ao final. Após, a **Sra. Roseli Souza (MMA/SRHQ)** apresentou o último ponto da minuta de Resolução discutido na reunião anterior, e a retomada da discussão da proposta iniciou pelo Art. 3º. O **Sr. Gustavo Gazzinelli (FONASC-CBH)** sugeriu que o conceito de conectividade deveria ser melhor esclarecido na proposta de resolução de forma a não dar margem a interpretações equivocadas. O **Sr. Geraldo da Silveira (OTEP)** sugeriu incorporar, além dos rios perenes, os rios intermitentes, considerando que também existe conectividade entre os rios intermitentes e os aquíferos. Sobre a questão das competências, o **Sr. Luiz Henrique (ANA)** esclareceu que todas as resoluções do CNRH se aplicam ao SINGREH como um todo, sendo que estas resoluções são debatidas nas Câmaras Técnicas e no próprio Conselho, que contam, inclusive, com a participação de representantes dos órgãos gestores estaduais. Lembrou também que já existe a Resolução CNRH nº 141/2012, que trata especificamente da outorga e do enquadramento em rios intermitentes e efêmeros, sendo necessário, se for o caso, resgatar o conteúdo desta Resolução caso se decida pela inclusão dos rios intermitentes na presente proposta. O **Sr. Thiago Santana (CERH-MG)** informou que qualquer Resolução do CNRH serve como base para o planejamento e gestão dos recursos hídricos no Estado até que cada Estado defina as diretrizes e critérios específicos para suas peculiaridades, salientando que seria desnecessária a inclusão da especificação no Art. 3º quanto à aplicação da norma aos rios estaduais e da União, conforme algumas sugestões, porque poderia incorrer em ilegalidade, visto que pode representar a condição de um ente federal impondo norma sobre um ente estadual. Após longo debate sobre este artigo, o **Sr. Zoltan Romero (OTEP)** sugeriu a leitura dos arts. 4º e 5º, entendendo que o conteúdo desses artigos poderia esclarecer muitos dos questionamentos colocados em relação ao Art. 3º, especialmente no que diz respeito ao objeto da presente proposta em se tratar apenas de aquíferos livres e rios perenes diretamente conectados, e com relação às definições de competências e metodologias para a gestão integrada destas águas considerando os rios federais e os rios e aquíferos estaduais. Atendendo a sugestões, procedeu-se à leitura de todos os artigos subsequentes da proposta de resolução. Após essa leitura, a **Sra. Zeila Piotto (Indústrias)** registrou novamente a necessidade de especificar que a proposta de resolução será aplicável apenas a rios de domínio da União, e o **Sr. Wilson Azevedo (Pesca e Turismo)** esclareceu, com base no Art. 4º da Lei nº 9.433/97, que a União deverá se articular com os estados tendo em vista o gerenciamento dos recursos hídricos de interesse comum, o que condiz com a forma como está escrito no Art. 3º da presente proposta de resolução. O **Sr. Luiz Fernando Carneseca (CRH-SP)** entendeu que deve ser analisado se as diretrizes propostas na Resolução são gerais ou se são específicas, e que as questões de legalidade e institucionalidade devem ser tratadas posteriormente na CTIL. O **Sr. Geraldo da Silveira (OTEP)** sugeriu também que, em termos

práticos, a avaliação da contribuição das águas subterrâneas por meio do monitoramento fluviométrico, é mais exequível e envolve menores custos do que metodologias que envolvem monitoramento por poços. Após diversos questionamentos pelos presentes, houve necessidade de votação com três opções: (i) permanência do Art. 3º na forma como havia sido escrito; (ii) incorporar um Parágrafo Único com as especificações para rios intermitentes e efêmeros e aquíferos confinados, colocando a atribuição pela normatização nestes casos para os estados; e (iii) exclusão do Art. 3º. Por maioria de votos, venceu a opção (i). Chegou-se ao entendimento de que as diretrizes devem ser gerais, e os casos específicos seriam tratados pelos estados, conforme já está disposto no Art. 5º da proposta. Outro entendimento é que a discussão na reunião conjunta deverá se ater a questões técnicas e de mérito, sendo que a parte legal seria avaliada posteriormente pela CTIL. Na discussão do Art. 4º, a **Sra. Zeila Piotto (Indústrias)** colocou preocupação com relação ao disposto em outras resoluções que aparentemente se sobrepõe ao apresentado na proposta ora em discussão, e que podem ocasionar maior complexidade à atuação dos órgãos gestores quando de sua aplicação, como por exemplo as resoluções CNRH nº 15/2001, nº 22/2002 e nº 92/2008. O **Sr. Zoltan Romero (OTEP)** informou que tal análise sobre as interfaces entre a presente proposta e as resoluções existentes já foi feita anteriormente, a qual resultou em um Art. 11º, agora suprimido devido à técnica legislativa, conforme pontuado pelo **Sr. Luiz Henrique Pinheiro (ANA)**. Segundo o representante das OTEPs, o Art. 11º explicitava os aprimoramentos em relação às resoluções existentes. Ressaltou que, estas informações estão documentadas nos materiais resultantes das discussões que já ocorreram na CTAS. Salientou também alguns problemas técnicos e conceituais que podem permitir, dependendo do entendimento, a exploração de todas as reservas permanentes exploráveis dos aquíferos, ao ponto de exaurir tais reservas e comprometendo a vazão dos rios no médio e longo prazos. Neste sentido, concluiu que a presente proposta pretende contornar tais fragilidades presentes nas resoluções existentes. O **Sr. Geraldo da Silveira (OTEP)** manifestou preocupação com o custo envolvido nos estudos que seriam necessários para que os órgãos gestores estaduais coloquem em prática o estabelecido no Art. 4º. O **Sr. Thiago Santana (CERH-MG)** informou que apenas os recursos investidos na questão da ampliação da rede de monitoramento da CPRM, que suprem em grande parte a demanda de informações requeridas para a gestão integrada, somam valores consideráveis, e que além disso os estados já tem essa preocupação e tem destinado recursos expressivos a diversos estudos. O **Sr. Luiz Henrique Pinheiro (ANA)** manifestou preocupação com a inserção da “avaliação dos efeitos uso e ocupação do solo sobre a recarga dos aquíferos” na redação do Art. 4º, já que esta avaliação aparenta ser de competência da área ambiental e do município, sem efeitos práticos diretos sobre a gestão dos recursos hídricos e que foge da competência dos órgãos gestores de recursos hídricos. O **Sr. Zoltan Romero (OTEP)**, corroborado pela **Sra. Maricene Paixão (CERH/MG)**, pelo **Sr. Gustavo Gazzinelli (FONASC-CBH)**, e pela **Sra. Maria Antonieta Mourão (MME/CPRM)**, esclareceu que as reservas exploráveis e renováveis dos aquíferos são mutáveis no tempo em função da alteração da recarga que é promovida pelas mudanças de uso e ocupação do solo. O **Sr. Wilson Azevedo (Pesca e Turismo)** sugeriu colocar em termos de “observar” as mudanças no uso e ocupação do solo. O **Sr. Paulo Germano (Concessionárias de abastecimento)** sugeriu que as avaliações de mudança de uso e ocupação do solo têm reflexo sobre o comportamento histórico dos dados de disponibilidade hídrica superficial e subterrânea, cujo monitoramento já é requisitado na proposta, e que estes dados teriam maior utilidade prática para fins da gestão dos recursos hídricos, pontuando também a importância de se fazer a avaliação temporal da estimativa das recargas e reservas exploráveis dos aquíferos. O **Sr. Nelson Santos (CERH-RN)** considerou confusa a redação dos conceitos de reserva renovável e reguladora, e foi prontamente esclarecido pelo **Sr. Zoltan Romero (OTEP)**, o qual ficou também de encaminhar o material do qual foi retirada a conceituação ali proposta. Após muita discussão sobre esta questão, colocou-se em votação se o termo “uso e ocupação do solo” deveria ser incluído no *caput* do Art. 4º, e, por unanimidade, votou-se pela não inclusão. Outra votação foi sobre a inclusão do uso e ocupação do solo no Inciso III, e, por unanimidade, votou-se pela inclusão, concordando-se também com a proposta de redação sugerida pelo **Sr. Luiz Henrique (ANA)**: “considerando os efeitos de uso e ocupação do solo”. Neste ponto, o **Sr. Gustavo Gazzinelli (FONASC-CBH)** também considerou importante a conceituação posterior do uso e ocupação do solo. Após diversas contribuições pelos

presentes, houve consenso sobre a exclusão da frase “por métodos diretos ou indiretos” do Inciso III. No Inciso IV o **Sr. Zoltan Romero (OTEP)** sugeriu a inclusão da frase “considerando os incisos anteriores”, e o **Sr. Luiz Henrique Pinheiro (ANA)** sugeriu substituir o termo “para exploração” por “para os diversos usos”. Estas sugestões foram consenso entre todos. As discussões avançaram até o inciso V do Art. 4º, não havendo consenso entre os membros com relação à redação deste inciso. Por fim, encaminhando-se pela com a incumbência de que os membros pensariam na melhor forma de escrever esse inciso, se na forma de parágrafo ou de outro artigo, com prazo para envio das contribuições até 15 dias antes da próxima reunião. **NOTA:** Outras sugestões e alterações de texto podem ser verificadas no texto do documento analisado, disponível entre os documentos da reunião conjunta no portal do CNRH. [Assuntos Gerais / Encerramento](#): Devido ao adiantar da hora, o **Sr. Zoltan Romero (OTEP)** apresentou uma proposta de agenda para a próxima reunião CTAS e CTPOAR, incluindo a reunião conjunta, a qual foi acatada por todos os presentes, ficando da seguinte forma: 01 de agosto de 2017 – reunião CTAS; 02 de agosto de 2017 – reunião conjunta CTAS-CTPOAR; 03 de agosto de 2017 – reunião CTPOAR. Por fim, a reunião conjunta CTAS-CTPOAR foi encerrada.

ASSUNTOS DISCUTIDOS NA REUNIÃO CTPOAR (dia 01 de junho):


[Item 01 – Abertura/Informes](#): O **Sr. Thiago Santana (CERH-MG)** iniciou a reunião cumprimentando a todos os presentes, sugeriu uma rodada de apresentações entre os membros e passou a palavra à **Sra. Roseli Souza (MMA/SRHQ)** que informou sobre a próxima reunião do CNRH, para o dia 29-06-2017, e que entre os itens de pauta, está planejado o relato sobre as atividades das Câmaras Técnicas, feito pelos seus respectivos presidentes. Em seguida o **Sr. Thiago Santana (CERH-MG)** informou sobre o sistema de cadastro *online* de usos insignificantes da água implantado pelo Instituto Mineiro de Gestão das Águas (Igam), que tinha uma demanda anual de aproximadamente 30 mil cadastros de usos insignificantes, que agora poderá ser feito totalmente pela internet. Informou também que no portal do Igam também são disponibilizados os dados de qualidade das águas dos rios estaduais, incluindo todas as informações sobre os pontos de monitoramento. O **Sr. Luiz Fernando (CRH-SP)** informou que o Estado de São Paulo está em processo amplo de readequação dos procedimentos de outorga, sendo que o Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE) está atualizando sete Portarias e seis Instruções Técnicas sobre outorga, possibilitando uma simplificação e facilitação dos procedimentos para os usuários no Estado, e estão aumentando o empenho na fiscalização. [Item 02 - Aprovação da ATA da 113ª Reunião](#): Após algumas modificações no texto sugeridas pelos presentes, a ata foi aprovada. [Item 03 - Informe sobre o andamento das discussões do GT Prioridades para Outorga](#): O **Sr. Luiz Henrique (ANA)** iniciou informando que o resultado da reunião do GT foi a consolidação da proposta da Oficina de Trabalho, a ser realizada nos dias 06 e 07/06/2017, na sala de vidro da ANA, sendo que no dia 05/06, no auditório do MMA, ocorreriam apresentações pelo setor elétrico e pelo setor de hidrovias. Apresentou rapidamente a programação completa da Oficina, complementado pela **Sra. Zeila Pioto (Indústrias)**, salientando que será um momento muito profícuo para aprofundar nas discussões conjuntamente entre a CTPOAR e a CTPNRH, e reforçou a importância da participação de todos os membros da CTPOAR no evento. [Item 04 - Atualização sobre as prioridades do Plano Nacional de Recursos Hídricos - PNRH \(avaliação da implementação no período 2006-2015 e indicadores para acompanhamento da implementação 2016-2020\)](#). Por representante da Secretaria de Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente (SRHQ/MMA): A **Sra. Adriana Lustosa (MMA/SRHQ)**, que apresentou o histórico da revisão do PNRH 2006-2020, ressaltando que todo o processo de revisão foi participativo envolvendo consultas públicas e seminários regionais, com a participação dos representantes dos diversos setores (governo, usuários e sociedade civil). Esclareceu que as 16 prioridades do PNRH 2016-2020 constam na Resolução nº 181/2016, aprovada pelo CNRH em sua 36ª reunião ocorrida em dezembro de 2016, sendo que as metas estabelecidas (17 para a SRHQ, 22 para a ANA, 18 para o CNRH e 14 para o CT-Hidro) já foram pactuadas com os respectivos atores responsáveis e interlocutores/intervenientes envolvidos na sua consecução. Informou também sobre a consultoria contratada para elaboração dos relatórios das

prioridades do PNRH, que tratam da situação da implementação do PNRH no período de 2006 até 2015, e apresentou os indicadores e a forma de sua aplicação para o acompanhamento da implementação das prioridades para o ciclo 2016-2020. Explicou também que, na definição dos indicadores para o acompanhamento, cada meta foi desdobrada em metas intermediárias - cada uma com prazos de execução intermediários até o prazo de finalização da meta principal. Com isso, foram estabelecidos gráficos para auxiliar no acompanhamento da execução das metas, que variam de acordo com o avanço das metas intermediárias até o atingimento da meta principal (100%). Salientou que a CTPNRH é a responsável pelo acompanhamento das metas, e que todo o planejamento é flexível. Portanto, quando se fizer a avaliação do cumprimento das prioridades e metas, a qual deverá ocorrer por meio de consulta às instituições responsáveis pela execução já no segundo semestre de 2017, estas instituições poderão apresentar sugestões e propostas de ajustes nos prazos, ou até mesmo, de exclusão de determinada meta mediante justificativas. Sobre a meta de revisão da Resolução CNRH nº 16/2001, o **Sr. Luiz Henrique (ANA)**, assim como o **Sr. Thiago Santana (CERH-MG)**, considerou o prazo para seu cumprimento audacioso, considerando os demais temas pendentes e em discussão atualmente na Câmara Técnica, que envolvem também a CTAS e a CTPNRH. Neste sentido, o representante da ANA informou que já tinha ocorrido uma Oficina de Trabalho em 2013, sobre outorga de direito de uso dos recursos hídricos no país, cujo relatório e materiais poderiam ser disponibilizados aos membros da CTPOAR para contribuir com essa discussão. Após diversas intervenções e questionamentos pelos presentes, prontamente esclarecidos pela **Sra. Adriana Lustosa (MMA/SRHQ)**, passou-se ao [Item 05 - Análise e elaboração de parecer sobre as Prioridades, Ações e Metas do Plano Nacional de Recursos Hídricos para 2016-2020 \(Resolução CNRH nº 181/2016\), no que se refere à CTPOAR:](#) O **Sr. Thiago Santana (CERH-MG)** apresentou a planilha com os temas prioritários encaminhados pelo CNRH à CTPOAR, na qual foram pontuados cada um dos temas que foram elencados para a Câmara Técnica, esclarecendo que na reunião anterior já foram incluídas na própria planilha as observações e justificativas a respeito de cada um dos temas, considerando os que já estão em andamento e os que temas que já foram discutidas no contexto de outras resoluções. Salientou que muitos daqueles temas, tal como a outorga sazonal, já poderiam ser contemplados na revisão da Resolução CNRH nº 16/2001. A **Sra. Roseli Souza (MMA/SRHQ)** sugeriu que os conselheiros que sugeriram os temas que dão margem à dúvida, como o caso da redundância nos sistemas de captação, podem ser convidados para esclarecerem à CTPOAR a motivação para aquela proposição. Então sugeriu que a Câmara Técnica continuasse com o trabalho de pontuação das observações e justificativas sobre cada um dos temas na planilha para que, posteriormente, servisse de base para a confecção do Parecer. Com as discussões sobre os temas, chegou-se ao consenso que a revisão da Resolução CNRH nº 16/2001 é o tema mais importante de ser discutido, e que este tema já engloba as questões referentes à outorga sazonal, não apenas para agricultura, e as diretrizes de outorga para grandes usuários. Por fim, o **Sr. Thiago Santana (CERH-MG)** propôs que, já que a ideia seria trabalhar apenas três temas elencados pela Câmara Técnica como passíveis de consolidação no momento, o informe à plenária do CNRH englobaria os dois temas já em discussão com a CTAS e a CTPNRH, e a expectativa de iniciar a revisão da Resolução CNRH nº 16/2001. **NOTA:** As observações e contribuições pelos presentes acerca dos temas, foram editadas e compiladas na própria planilha disponibilizada entre os documentos da reunião no portal do CNRH. Após, por solicitação do **Sr. Luiz Henrique (ANA)**, passou-se ao Item 07. [Item 06 - Discussão sobre a viabilidade de momento para a revisão da Resolução CNRH nº 16/2001:](#) O **Sr. Thiago Santana (CERH-MG)** lembrou que esta questão já foi pacificada no item anterior e que, dada a grande prioridade deste tema, terá que ser conciliada a sua discussão com os que estão sendo discutidos (prioridades de outorga e gestão integrada de águas superficiais e subterrâneas). Assim, este tema ficou de entrar na pauta da próxima reunião. A **Sra. Zeila Pioto (Indústrias)** sugeriu que para a próxima reunião deveria ser levada uma proposta de Resolução, de forma a agilizar os trabalhos. O **Sr. Thiago Santana (CERH-MG)** então propôs que na reunião de agosto é que seria tratado o esboço da Resolução assim como uma proposta de seminário para a discussão da Resolução nº 16/2001. Após, passou-se ao Item 08. [Item 07 - Situação sobre o estágio da discussão sobre outorga em bacias críticas, e outros temas prioritários pendentes:](#) O **Sr. Luiz Henrique (ANA)** esclareceu que a discussão sobre outorga em bacias críticas já é um

tema que vem sendo trabalhado com apoio da ANA, que já realizou um Seminário, no qual foram discutidos alguns conceitos inclusive para a definição da criticidade das bacias, tais como o conceito de nível de risco ao qual o empreendedor está disposto a enfrentar, debatendo-se também o nível de restrição imposto pelas vazões de referência para outorga que hoje são adotadas no país. Informou também que a opção adotada pela ANA à época era de que o assunto deveria ainda ser mais trabalhado por meio de aprofundamento das experiências junto aos usuários e órgãos gestores, permitindo chegar a critérios e conceitos com maior nível de segurança, ficando sobrestado este assunto neste momento. O **Sr. Thiago Santana (CERH-MG)** informou que em MG as bacias ditas críticas são tratadas como “áreas declaradas em conflito”, que é um conflito definido empiricamente com base em um método de comparação das vazões outorgáveis regionalizadas com as vazões outorgadas. Portanto, não é um método que conceitua o nível de criticidade em uma bacia de forma mais ampla, e concordou com o representante da ANA que o tema ainda carece de muito aprofundamento antes de se estabelecer um normativo. Por fim, a **Sra. Roseli Souza (MMA/SRHQ)** informou que foi feito um apanhado dos documentos referentes ao Seminário e demais discussões sobre bacias críticas que já ocorreram, e que a Secretaria Executiva os disponibilizará entre os documentos resultantes da reunião para conhecimento e embasamento das futuras discussões sobre o tema. Após, passou-se ao Item 06. Item 08 - Avaliação de proposta de Moção que “pede revisão de normativos relativos a outorga de uso de recursos hídricos a unidades termelétricas no Estado do Ceará”. Encaminhado pelo Fórum Nacional da Sociedade Civil nos Comitês de Bacia - Fonasc: O **Sr. Thiago Santana (CERH-MG)** informou que o representante do Fonasc não pôde comparecer à reunião e contextualizou que a demanda, em síntese, veio com a justificativa apontando um problema específico de escassez hídrica do reservatório que abastece a região metropolitana de Fortaleza, onde existem também quatro captações outorgadas para o sistema termelétrico situado em Pecém. Informou que o Fonasc colocou que estas outorgas devem ser suspensas e que seja colocada uma tarifa de contingência pelo uso da água a estes empreendimentos. Com a palavra para as considerações dos presentes, o **Sr. Jean Breves (CEMIG)** sugeriu que a matéria fosse discutida na próxima reunião, contando com a presença do proponente da Moção, sugestão que foi aceita pelos presentes. O **Sr. João Daniel (MME)** informou que passará aos representantes da CTPOAR as informações complementares correspondentes ao histórico das tratativas do Ministério de Minas e Energia (MME) sobre essa questão. Então, o **Sr. Thiago Santana (CERH-MG)** solicitou que os documentos fossem encaminhados aos membros da Câmara Técnica até a segunda semana de julho. Item 09 - Encaminhamentos e Encerramento da reunião: O **Sr. Thiago Santana (CERH-MG)** relembrou alguns dos encaminhamentos do dia: (i) fortalecer as discussões dentro do GT prioridades para outorga, para facilitar o encaminhamento da proposta de resolução sobre o tema, com expectativa de ter um ponto de partida após a Oficina de Trabalho nos dias 05 a 07/06, e possibilidade de uma reunião conjunta CTPNRH/CTPOAR no final de agosto; (ii) a necessidade de incluir na pauta das próximas reuniões a revisão da Resolução nº 16/2001, incluindo os temas que serão considerados nesta revisão e serão apresentados no relato ao plenário do CNRH; (iii) a continuidade das discussões da gestão integrada; (iv) proposta de moção do Fonasc que entrará na pauta da próxima reunião; e (v) a data da próxima reunião (02 e 03/08). Por fim, encerrou a reunião agradecendo aos presentes pela colaboração nos trabalhos.

Ata aprovada na 115ª reunião, realizada nos dias 02 e 03 de agosto de 2017.


Thiago Figueiredo Santana
Presidente da CTPOAR


Antônio Calazans Reis Miranda
Relator da CTPOAR